



Marcos de Oliveira



Wilson Pedrosa



Giraldo Barbosa

Delfim, Langoni, Pécora e Galvões: montando o esquema de ajuste, que não muda mesmo após as eleições

Plano visa reativação seletiva

Governo pretende preparar programa para estimular quem não precisa importar

Até o final do ano o governo terá pronto um programa de reativação dos setores da economia que não dependem de importações ou de recursos externos, para contrabalançar as restrições determinadas pela crise financeira internacional e pela menor disponibilidade de empréstimos externos, mas dificilmente será evitado o resultado negativo no crescimento econômico pelo terceiro ano consecutivo.

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, assegura que o "ajustamento interno da economia" em 1983 acabará sendo aproveitado pela indústria privada na área de substituição de importações e por outros setores não-dependentes do exterior — principalmente a agricultura — mas deixa claro que, além de menores importações e menores empréstimos externos, o governo não poderá descuidar do combate à inflação.

SEM TRAUMAS

A queda do crescimento econômico não virá apenas como decorrência da crise externa, mas serão efetuados cortes também nos subsídios agrícolas (que já tiveram o terreno preparado esta semana ao se admitir a concessão de custeio agrícola integral pelos bancos privados, a taxas de mercado), e nos investimentos do setor público, além dos orçamentos das empresas estatais.

Sem esperar consequências

"traumáticas", Carlos Langoni lembra que o ajuste da economia poderá ser feito "de forma inteligente, minimizando-se seus efeitos sociais". Ele não explica como isto será possível, mas garante que pelo menos em sua área não há nenhum estudo para se adotar uma política salarial baseada em menores reajustes. Na prática, entretanto, o governo terá que criar condições para que os produtos brasileiros vendidos ao exterior tenham preços mais competitivos.

Apoiados pelo receituário ortodoxo do Fundo Monetário Internacional (FMI), setores do empresariado vêm reivindicando o fim dos reajustes semestrais dos salários, sob o argumento de não se pode exigir competitividade das exportações brasileiras se as empresas continuam arcando com enormes custos de mão-de-obra. A alternativa seria cortar estes custos a partir de redução da carga tributária, o que já começa a ser preparado para as empresas exportadoras.

Outro efeito social do programa de austeridade econômica para 1983 será o aumento do índice de desemprego, já que as empresas não poderão continuar importando matérias-primas essenciais no mesmo volume que vinham fazendo até agosto e nem contarão com crédito externo. Se não encontrarem alternativas de substituição de importações, não haverá outra saída senão desativar parte da produção.

AUSTERIDADE

No mais, o país já está acostumado à política de contenção do crédito bancário, altos impostos e inflação — o que fará com que a transição deste para o próximo ano não seja muito diferente do aperto vivido entre 1980 e 1981, quando estratégia semelhante de corte nas importações e contenção do crédito conduziu à queda de 1,9% no Produto Interno Bruto (PIB), após crescimento de quase 8% no exercício anterior.

Por mais que o governo reafirme a prioridade à agricultura, este será o setor que se debaterá com maiores problemas em decorrência do orçamento monetário de 1983. A redução no volume de subsídios, para desafogar o Tesouro e viabilizar o programa de gradual queda na inflação, dificilmente poderá ser compensada pelos financiamentos oferecidos pela rede bancária privada a taxas de mercado.

Poderão surgir alternativas — como a captação de recursos no mercado interno para financiar a atividade agrícola — mas de nada adiantarão se não houver queda real na inflação e paralelamente, uma diminuição nas taxas de juros cobradas pela rede bancária. É verdade que as taxas externas estão caindo, e que menor inflação conduz a juros mais baixos, mas o empresariado lembra que até agora não se falou em eliminar um dos

principais focos de juros altos, que é o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

DIVIDA MENOR

O Banco Central admite a redução de alíquotas deste imposto em 1983, já que não haverá tanta necessidade de forçar a captação externa devido às próprias restrições dos banqueiros estrangeiros em continuar aumentando a dívida externa brasileira nos níveis dos últimos anos, mas por outro lado deixa claro que não se pode esperar grande coisa nesta área: afinal, o Tesouro já se "acostumou" com a enorme receita do IOF, e não poderia de uma hora outra ficar sem esta contribuição.

Tudo dependerá, na realidade, das saídas que serão encontradas pelo governo através da reforma tributária em estudos. Mesmo assim, esta reforma só virá a partir de janeiro — talvez com algumas medidas já a partir de dezembro, logo após as eleições — e não dará resultados a curto prazo.

De qualquer forma o novo período de austeridade econômica — para não dizer recessão de verdade — deixará pelo menos um saldo positivo: o crescimento da dívida externa não os 10%, contra mais de 15% este ano, e o país terá aprendido a substituir uma série de importações e a não mais confiar apenas na poupança internacional para garantir o funcionamento de sua economia.